

Merleau-Ponty e a dimensão estésica da clínica psicanalítica: da intercorporeidade à co-corporeidade

Nelson Ernesto Coelho Junior

Introdução

O principal objetivo do presente trabalho é colocar em discussão os elementos básicos de uma clínica psicanalítica que toma a corporeidade como um de seus fundamentos e, assim, evidenciar o papel do pensamento de Merleau-Ponty nesse âmbito. Parte-se da apresentação de situações clínicas em que foi possível notar que uma dimensão menos visível e audível, mas nem por isso menos sensível, funcionava subterraneamente. Mais do que isso, procura-se demonstrar que, nessas situações, a corporeidade gerou as condições para que falas e ideias fizessem sentido.

Define-se aqui a noção de *corporeidade* como sendo um tecido material e energético, móvel e instável, movido por forças pulsionais, em sua remissão aos objetos e marcado por interferências de intensidades internas e externas, constituindo um campo de forças e protosentidos. Busca-se então evidenciar, por meio das situações clínicas, como as dimensões propriamente estésicas ou sensíveis contribuem para a constituição de um solo básico para o trabalho psicanalítico. Entende-se que é sobre esse solo que as comunicações verbais se estabelecerão de forma consequente. De resto, como se verá, propõe-se que não há como expulsar a dimensão pulsional da corporeidade, tampouco o Eu e o inconsciente; mas também não há como negar a dimensão relacional, propriamente intersubjetiva, da situação analítica. Com isso, procura-se sublinhar a necessária tensão permanente entre as dimensões intrapsíquicas e as dimensões intersubjetivas na clínica e na teorização psicanalíticas. Procura-se também sublinhar, a preferência pela noção de co-corporeidade em detrimento à intercorporeidade, já que se entende que a ênfase não deve se situar no “entre” corporeidades, mas, sim, na ideia da co-presença de duas corporeidades, que já trazem em si o Eu e o outro.

Situações clínicas

O primeiro exemplo clínico se refere ao atendimento de um paciente que “trabalhava” verbalmente nas sessões como poucos, dando sempre a impressão de que não havia espaço, nem tempo para se perder; havia urgência. De início, não sabia direito de que urgência se tratava. Mas o presente autor sabia que tinha que estar lá com o seu melhor, atento, presente e disposto para “trabalhar” tanto quanto ele. As sessões eram densas e podia-se sentir no corpo essa densidade. Não eram

necessariamente sessões pesadas e desgastantes. Tratava-se de um paciente muito hábil com as palavras e com o pensamento. Tinha bastante senso de humor, o que não evitava que precisasse se deparar com o sofrimento profundo que o acompanhava por muito tempo. Percebia-se, de forma geral, que eram raros os momentos nas sessões em que o psicanalista conseguia se retrair, manter-se em reserva, trabalhando predominantemente a partir de possibilidades representacionais. Na maior parte do tempo, o analista se sentia compelido a se manter disponível para um contato “corpo a corpo”, no sentido de se manter particularmente disponível para o plano das sensações e das “mensagens” transmitidas por esse meio. As comunicações verbais se sucediam, aparentemente, com êxito. Mas havia algo mais em jogo, ou melhor, notava-se que algo mais era solicitado do terapeuta. Percebia-se que era um paciente que necessitava de um “diálogo” também em termos da experiência analítica da co-corporeidade. Isso será melhor explorado mais adiante, bem como o que se entende por esse conceito.

Foi possível reconhecer, na relação transferencial-contratransferencial, algumas das dificuldades de contato que esse paciente parecia ter. No trabalho analítico, relacionar-se, para ele, era possivelmente “não ter espaço nem tempo a perder, era ter urgência”. Que tipo de contato com o outro esse estado permite? É possível pensar que a “correria” dele fosse uma forma de evitar qualquer contato, qualquer vínculo. E que, nessa correria, ele acabasse por evitar o contato consigo mesmo, em um nível mais primário e intenso, desligando-se do próprio corpo. Mas e o vínculo que estabelece na análise, de que qualidade é? Pode-se dizer que a forma como o psicanalista viveu certos aspectos transferenciais, a partir do “corpo a corpo” intenso, indicavam que havia um convite um tanto quanto paradoxal: ao mesmo tempo em que havia um “contato apaixonado” (intenso, vivaz e denso), havia também, da

parte dele, uma experiência de desligamento. Durante as sessões, enquanto a “conversa” era animada e predominava, para o analista, uma experiência pessoal de convocação pela sua presença corpórea, para o paciente parecia haver a experiência de esquecimento de sua própria dimensão corporal. Ele comentou, mais de uma vez, como percebia que se esquecia de seu corpo no dia a dia do trabalho, que ficava esgotado e nem percebia; só notava que havia passado do ponto quando adoecia e era obrigado a ficar de cama. Essa dimensão do esquecimento corporal aparecia nas sessões por meio da convocação da presença corporal do terapeuta, como que para dar continência para as dimensões mais primitivas e regredidas do paciente, que só podiam aparecer por sua corporeidade. Com tudo isso, o que para o analista foi ficando claro é que, pouco a pouco, por esses fenômenos poderem acontecer no espaço analítico, foi se tornando possível que fossem vividos, sentidos, percebidos e falados de uma forma que nunca puderam ser vivenciados por ele. Talvez a pergunta que caiba aqui seja: de que forma a ação expressa por meio da co-corporeidade pôde se tornar fala e elaboração? Faz-se aqui um convite para deixar essa questão em suspenso por enquanto. O que se deve ter em mente, por ora, é a possibilidade de conceber a corporeidade em termos de gradiente, ou seja, corpo e psique estão sempre presentes em proporções variáveis. Dessa forma, a psique contém a possibilidade de “corporificação” (recurso à sensorialidade, à evacuação) e, o corpo, um potencial de “psiquização”. Ambos – psique e corpo – ensejam as ligações e os desligamentos – as transformações – necessários ao processo. As experiências sensíveis em análise podem ser “mais agidas do que faladas” quando as identificações que as originam, e que se atualizam no campo transferencial-contratransferencial, são predominantemente narcísicas (pode-se pensar que são as identificações primárias que constituem o continente?). E podem ser mais faladas do

que agidas se as identificações que se atualizam por meio delas são predominantemente histéricas (poderíamos pensar em termos de conteúdo?). Em cada situação, a corporeidade do analista será convocada de modo diferente, dentro do gradiente corpo-psique. No primeiro caso, é o corpo que se mobiliza mais como órgão de percepção e de recepção da comunicação do analisando, já que a fala – e aqui podemos pensar em termos do gradiente afeto/representação – tende mais para o afeto. No segundo, o corpo é menos solicitado.

A partir do atendimento desse paciente é possível começar a pensar, de forma um pouco mais elaborada, na dimensão da corporeidade na análise sem que isso tenha implicado na exclusão de meu interesse pelos aspectos propriamente intrapsíquicos que permeiam uma sessão. Na mesma linha do que acaba de ser exposto, reconhece-se, no trabalho da psicanalista belga Marie-France Dispaux (2002), relatos de situações clínicas muito evocativas. Ao se referir ao trabalho com um paciente particularmente grave, que ela chamou de Rafaël, Dispaux revela um modo de trabalho que é uma resposta a uma potente força inconsciente do paciente, que demanda desesperadamente ajuda para representar o que pulsa de forma bruta e não encontra nem imagem nem palavra. De início, é pura ação corporal em relação à qual não parece haver simbolização possível. Rafaël chega atrasado para a primeira sessão, o que já poderia ser previsto pela analista, uma vez que, por telefone, Rafaël anuncia seu medo de se perder no caminho para o consultório. Dispaux anuncia que, já no telefonema inicial, sentiu-se sensível à inquietude que havia na voz do paciente. Propõe um enquadre face a face porque ela tinha percebido que ele se mantinha minimamente integrado pelo olhar. Sugeriu que as sessões se dessem uma vez por semana já que percebia que, naquele momento, Rafaël não tinha noção de tempo e espaço e, assim, mais sessões estariam acima de sua

capacidade psíquica. Era um enquadre mínimo para uma situação tão grave, mas o único que ele poderia utilizar e do qual poderia se apropriar. Nas primeiras sessões, Rafaël parece distante e paralisado. Seu rosto mostra dor e sofrimento, mas sua fala é preciosista e afetada. Um mês e meio depois da primeira sessão, Rafaël conta que teve um sonho estranho antes de adormecer, como uma ficção sonhada acordado. “Estou num mundo de fogo e sangue”. Ele descreve a guerra, o barulho, o furor, o sangue e os gritos com precisão, mas com sua linguagem afetada e preciosista. Há um abismo entre o que ele conta e como o faz que joga a analista em um mal-estar quase intolerável. Rafaël relata que, depois de ter imaginado tudo isso, por incrível que pareça, conseguiu dormir bem. Dispaux revela que, durante muitas sessões, ela e Rafaël entraram juntos em um mundo de fogo e de sangue. Rafael está mais animado e Dispaux revela que prefere, sem dúvida, o barulho e a fúria ao deserto afetivo anterior a isso. Nas conversas que se seguiram, primeiro ele assiste a esse mundo de dentro de uma bolha; depois, sua família, ou seja, sua mulher e seus filhos estão com ele nesta bolha. Algumas sessões depois, Dispaux conta que surgiu a imagem da Arca de Noé. De quem foi a ideia, se dela ou dele, não sabe dizer. A imagem que surgiu falava ao mesmo tempo do desamparo em meio à tempestade e de um espaço de proteção, em que é possível sobreviver. Dispaux descreve que um tecido associativo vai sendo criado entre paciente e analista em torno da imagem da Arca de Noé. A analista oferece ao paciente matéria psíquica para que ele possa usar para tecer, aos poucos, seus próprios derivados narrativos. Dispaux chama esta forma de trabalho analítico de “trabalho em co-estesia”: “A co-estesia me pareceu uma imagem propícia para assinalar quanto essa forma de co-pensamento está enraizada no pré-verbal, no mundo das sensações em expectativa de forma, bem próximo do corporal” (DISPAUX, 2002, p. 1480).

No texto de Dispaux, portanto, acompanhamos um trabalho clínico feito em co-estesia. A dinâmica transferencial – contratransferencial se deu, fundamentalmente, em um nível pré-verbal de sensações e percepções. É principalmente a linguagem não-verbal que constitui um plano comum de experiências, por meio do tom de voz, da intensidade, da gestualidade, do ritmo, do clima. A descrição oferecida pela autora revela um primeiro nível de simbolização que ocorre como marcas corporais que, por sua vez, viabilizam formas primárias de representação.

Corpo e Corporeidade¹

Parte-se do pressuposto de que existe uma necessária distinção entre a noção de corpo e a de corporeidade. Marcado pela tradição que opõe o opõe à mente, o corpo ocupa um lugar determinado por uma série de inflexões ideológicas. Seja de forma desvalorizada ou hiper valorizada, o corpo carrega, como conceito, a carga de suas posições na história de nossa cultura. Nos aspectos mais próximos aos processos de subjetivação, aparecem as oposições “somos um corpo” ou “temos um corpo”, que refletem o difícil lugar, ora de sujeito ora de objeto, que o corpo ocupa em nossa cultura. Nesse contexto, o corpo aparece como uma unidade destacada e plenamente constituída em suas funções orgânicas, espaciais e temporais. Ao se tornar oposto à mente (ou psiquismo), constituiu-se como elemento identificável, com identidade própria e lugar garantido nos mais diferentes discursos e práticas, do âmbito das ciências naturais ao das ciências humanas.

¹ Grande parte do que se segue foi publicado originalmente em: (COELHO JUNIOR, 2010, p. 51-60).

Propõe-se, assim, a noção de corporeidade como uma alternativa à clássica oposição corpo-mente (ou psiquismo), ou seja, entende-se que a corporeidade é também psíquica, como gênese de possibilidades e potência geradora de elementos propriamente psíquicos. Não se opõe aqui à corporeidade uma natureza que seria exclusivamente psíquica, embora se reconheça uma distinção de níveis e dimensões, com especificidades que precisam ser levadas em conta. Entende-se que somos, de ponta a ponta, corporeidades (o que inclui a dimensão psíquica da corporeidade). A corporeidade é, ao mesmo tempo, interna e externa. É a presença irrecusável das pulsões e abertura permanente para o mundo, para os outros.

Continua existindo aqui, não se pode negar, a sombra da fenomenologia husserliana, em sua recusa de conceber a corporeidade como puro objeto da natureza. Para Husserl (1969), a corporeidade traz em si a presença imediata do Eu e dos outros, fazendo com que corpo e espírito formem uma unidade compreensiva. Mais do que isso, a corporeidade é presença imediata no mundo e, por isso, garante sua potencialidade produtora de sentidos. Nessa mesma linha, Merleau-Ponty irá afirmar que a corporeidade é o elemento constituinte de nossa experiência. Acompanha-se, agora, Piera Aulagnier em sua tentativa de recriar um pensamento do corpo e a partir do corpo em psicanálise. Como base para sua original noção de *metabolização*, Aulagnier afirmava que a vida psíquica se inscreve em uma teoria de conjunto do vivido, como um aspecto específico, mas não separado dos fenômenos do organismo inteiro. Como ela afirma em *A Violência da Interpretação* (1974, p. 54):

Partimos da hipótese de que a vida do organismo tem como fundamento uma oscilação contínua entre duas formas elementares de atividade, que nomeamos:

“guardar dentro de si” e “expulsar para fora de si”. Essas duas atividades se陪同ham de um trabalho de metabolização do que foi “guardado” [dentro de si], que o transforma em material do próprio corpo, sendo que os resíduos desta operação são eliminados do corpo.

Aulagnier oferece como exemplos mais simples desses processos a respiração e a alimentação, mas avança para o plano das sensações em suas tentativas de guardar o que é prazeroso e expulsar o que gera desprazer. Esse é o modelo inaugural para as primeiras representações psíquicas, mas, acima de tudo, é a base para uma metapsicologia que não separa o corporal do psíquico seguindo os caminhos abertos por Freud. É importante, entretanto, notar, como relembra Miller (2001) que, mesmo que a noção de metabolização tenha feito com que Aulagnier ancore e enraíze o psíquico no somático, isso não a conduz a um ponto de vista biologizante, no sentido reducionista.

Da intercorporeidade à co-corporeidade

Retoma-se, agora, algumas ideias que se expôs em um texto publicado há mais ou menos 10 anos (COELHO JUNIOR, 2008). Nesse citado texto, procura-se demarcar um campo de experiências definidor da clínica psicanalítica e que, na época foi apresentado da seguinte maneira:

A Psicanálise que reconheço é aquela que cada vez mais toma o corpo como *setting*. Propor a idéia de que o corpo é o *setting* não é tomar o corpo como objeto, nem como a “moldura” da Psicanálise. Não é fazer da Psicanálise uma nova técnica de massagem ou fazer a Psicanálise voltar-se para a neurologia, retornando pela porta dos fundos ao lugar de onde saiu há cem anos para se tornar um saber específico (COELHO JUNIOR, 2008, p. 97).

O texto continua, retomando a noção de identificação projetiva:

A porosidade própria de nossos corpos é a condição de possibilidade, embora não a condição suficiente, de todo trabalho analítico. É com nosso corpo que apreendemos afetos, que somos penetrados por introjeções e que realizamos projeções. Não é simplesmente o mundo mental que projeta. Não é exatamente algo “interno” que projeta. É com o corpo, através de sua porosidade que projetamos e introjetamos e assim, talvez, nem caiba mais falar em projeções e introjeções sem aspas, já que são as próprias noções de interno e externo que precisariam ser transformadas. A noção fundamental de identificação projetiva, por exemplo, precisaria ser pensada para além de um ato ou mecanismo mental (COELHO JUNIOR, 2008, p. 97).

No final do texto, afirma-se:

Proponho que passemos a entender a situação analítica como campo de intercorporeidade, e não apenas como campo intersubjetivo. Situação analítica onde o corpo é o *setting*. É também nesses termos que tenho passado a pensar a enigmática formulação freudiana de uma comunicação entre inconscientes. Comunicação que se faz possível através da porosidade original de nossos corpos e através do fato de sermos, na análise, órgãos de uma só intercorporeidade (COELHO JUNIOR, 2008, p.106).

A noção de intercorporeidade proposta por Merleau-Ponty foi apresentada em um ensaio de 1959, *O Filósofo e sua Sombra*, tendo como ponto de partida a clássica referência ao encontro da mão esquerda com a mão direita no toque. Merleau-Ponty (1960) procura formular a possibilidade de compreensão da relação entre o eu e o

outro, não mais através da intersubjetividade, mas da intercorporeidade:

Minha mão direita assistia ao surgimento do tato ativo em minha mão esquerda. Não é de maneira diversa que o corpo do outro se anima diante de mim quando aperto a mão de outro homem, ou quando o olho somente. [...] Minhas duas mãos são “co- presentes” ou “co- existem” porque são as mãos de um só corpo; o outro aparece por extensão desta co-presença. Ele e eu somos os órgãos de uma só intercorporeidade. (MERLEAU-PONTY, 1960, p. 212-213).

Para Merleau-Ponty, a noção de intercorporeidade é fundamental na transformação de uma tradição filosófica marcada pelo privilégio das representações em direção a uma filosofia voltada para a investigação do campo de intensidades sensíveis, solo primeiro de nossas experiências vividas.

Decide-se insistir na dimensão intercorpórea do campo analítico na tentativa de enfatizar, por outro ângulo, a grande interdependência dos funcionamentos psíquicos de pacientes e analistas durante o processo de análise. Com isso, procura-se também se referir a formas de comunicação e não comunicação que se permeiam e sustentam os trabalhos analíticos. São estímulos basicamente não-verbais e pré-verbais (mas que também podem ser verbais) que operam por meio de um plano primordial de contato e experiência do outro, que é a intercorporeidade. No texto de 2000, procurou-se apresentar também a temática da intercorporeidade a partir da ideia de que as percepções e as sensações trazem em si a possibilidade de atribuição de sentidos/significados. A questão que se propunha era se a dimensão intercorpórea, por si mesmo, em sua estrutura sensorial enquadrante pode, para além de ser polo receptivo, produzir significação.

Não se recusa essas ideias propostas há 10 anos; ao contrário, nesses últimos meses, ao retomar o tema, o autor se viu assolado pela incerteza de ser capaz de escrever algo além, algo a mais do que já havia escrito. Percebeu, no entanto, ao reler o texto, os riscos embutidos em sua argumentação, que possui as qualidades e os defeitos do desejo de alertar os leitores para a importância de certa ideia, naturalmente usando como “escada” certas posições mais consensuais que precisavam ser, no mínimo, relativizadas. Mas, como se procurará apresentar logo a seguir, se não se recusa essas primeiras ideias, tem-se novas ideias para acrescentar. O primeiro acréscimo é uma nova definição de *corporeidade*, que procura avançar com relação à noção anterior de intercorporeidade, basicamente constituída a partir das ideias de Merleau-Ponty.

Propõe-se a seguinte definição, como referência inicial, ainda que incompleta: a corporeidade é um feixe sensorial e energético de intensidades heterogêneas e aleatórias que possui a potência de produzir proto-sentidos, como parece sugerir o filósofo Michel Bernard (2002, p. 524), a partir das concepções psicanalíticas de Anton Ehrenzweig. Ou ainda, de forma menos condensada, a corporeidade é um tecido material e energético, móvel e instável; é movida por forças pulsionais, com sua remissão aos objetos (pulsões mensageiras, como sugere Roussillon) e marcada por interferências de intensidades internas e externas, constituindo um campo de forças e proto-sentidos.

Com isso, o que se propõe aqui, de modo simplificado, é que se tome o conceito de *corporeidade* como alternativa para designar um campo específico de experiências sensoriais, afetivas e significantes, mesmo que proto-simbólicas. Corporeidade de paciente e analista, co-corporeidade, plano originário de relação em que processos transferenciais e contratransferenciais são vividos e sentidos. Corporeidade também do analista, em suas

respostas à corporeidade do paciente, que podem incluir experiências de sonolência, tédio, desejo sexual, tristeza, raiva, impulsos agressivos ou sádicos, etc.

A necessidade de avançar em relação ao texto publicado em 2000 tem também como intenção indicar o risco presente em noções como a de intersubjetividade, intercorporeidade, campo analítico, relação bi-pessoal e outras do mesmo tipo em psicanálise. Entende-se que tal risco é o de fazer praticamente sumir de vista a experiência singular de dois sujeitos, definidos psicanaliticamente a partir do inconsciente, das pulsões e das dinâmicas conflitivas, em nome de uma experiência indiferenciada vivida pelo par analítico. Ou seja, ao substituir o suposto solipsismo freudiano, o registro da investigação exclusivamente intrapsíquica, como mostrou Green (2000), pelo plano intersubjetivo – pelas noções de uma psicologia de duas (ou três) pessoas – corremos o risco de continuarmos cegos (só que, agora, do outro olho) para a complexidade da experiência clínica psicanalítica que, se assim se quiser, é necessariamente intrapsíquica e intersubjetiva, simultaneamente. Entende-se que o texto anterior do presente autor sofre um pouco desse mal.

Tendo se entusiasmado com as noções de intercorporeidade e de campo analítico, como proposto pelo casal Baranger (1969), e querendo enfatizar uma dimensão que se via ter sido deixada de lado por muitos analistas, foi desconsiderada uma certa dimensão da corporeidade que, agora, pretende-se reincorporar. Ao se adotar a riqueza teórica trazida pelas noções de campo analítico, de intersubjetividade, de intercorporeidade não se pode correr o risco de perder de vista a sexualidade, as forças pulsionais, os registros inconscientes, a dinâmica conflitiva, o mundo interno e os objetos que o povoam e o assombram.

Para isso, entende-se que é preciso insistir nas concepções freudianas e recuperar o lugar da corporeidade na teoria clínica de Freud e, em particular, na relação entre corporeidade e Eu. Trata-se de dar relevo, inicialmente, ao que Freud indicou como o nascimento do Eu, ou seja, uma diferenciação em relação ao Id, uma proto-separação em relação às pulsões e à dimensão propriamente somática. Mas esse momento inicial é também, seguindo diferentes proposições psicanalíticas, o momento da separação do corpo (ou da corporeidade) da mãe que, no entanto, se faz presente por meio dos processos identificatórios primários.

É nesse plano que apareceria o que poderíamos chamar de *marcas no corpo*, elementos constitutivos que não são imagens nem representações, mas operações que deixam marcas e cicatrizes no "corpo identificado" constituindo-se, talvez, como a base para o que já se denominou como "memórias corporais". As duas separações (do Id e do corpo da mãe) que possibilitam o surgimento do Eu não são, por outro lado, exclusões definitivas dessas duas figuras da corporeidade. Difícil imaginar o Eu em seu projeto de autonomia podendo prescindir das forças pulsionais e das marcas identificatórias que o constituíram.

As posições de Freud sobre o Eu em *O Eu e o Id* ampliam a possibilidade de compreensão das determinações da corporeidade. Como procurarei demonstrar, Freud abre as possibilidades para a compreensão da simultaneidade das dimensões internas (pulsões – a partir do Id e das percepções endopsíquicas) e externas (realidade, outros – a partir da percepção externa). Freud sugere que funções inconscientes do Eu são responsáveis pela percepção interna dos processos dos pensamentos e dos afetos. Não temos consciência das determinações, apenas dos seus efeitos. Trata-se da explicitação do campo das percepções endopsíquicas. Essas

percepções foram descritas como uma espécie de percepção inconsciente dos processos internos que influencia as possibilidades de interpretação sobre o mundo e sobre as próprias funções do Eu.

De outro lado, é o próprio sistema Percepção, com suas funções de mediação com o mundo externo, que Freud considera um elemento central na constituição do Eu. Entretanto, não é o único elemento decisivo. Como afirmou Freud,

Contudo, além da influência do sistema *P.*, outro fator parece também ter importância no processo de formação do Eu e na sua diferenciação do *Id*. Refiro-me ao nosso próprio corpo, sobretudo sua superfície, de onde podem partir tanto percepções internas quanto externas [*äußere und innere Wahrnehmungen*]. Embora ao vermos nosso próprio corpo, ele se nos apresente como se fosse um objeto, ao tocá-lo, notaremos que ele produz dois tipos de sensações tátteis, das quais uma pode ser equiparada a uma percepção interna. [...] Além do tato, também a dor parece desempenhar um papel na formação do Eu. [...] Assim, o Eu é, sobretudo, um Eu corporal, mas ele não é somente um ente de superfície [*Oberflächenwesen*]: é, também, ele-mesmo, a projeção de uma superfície (FREUD, 1970, p. 294; 2007, p. 38).

Essa passagem, sempre citada, permite diferentes níveis de interpretação. Para o presente autor, é claro, chama atenção a semelhança com muitas passagens de Merleau-Ponty sobre a experiência sensível do corpo, que é pré-condição para a sua formulação da intercorporeidade como marca inaugural de nossas relações eu – outro.

Contudo, em termos propriamente psicanalíticos, pode-se enfatizar que a emergência do Eu no e pelo corpo abre inúmeras possibilidades para se pensar a constituição da subjetividade a partir de um modelo que não se reduza ao do binômio percepção – representação. Para Freud, os

órgãos de percepção são veículos de mediação e formam o núcleo de origem do Eu. O próprio Eu se vincula ao inconsciente e possui, em parte, características inconscientes. E mais, como explicita Freud, “o Eu não está nitidamente separado do Id; há uma zona de transição em que ele se interpenetra com o Id situado abaixo dele até o ponto em que ambos se fundem” (FREUD, 2007, p. 37).

Aqui reside o que mais me interessa: se, de um lado, precisamos reconhecer o papel da percepção externa na constituição do Eu, em sua diferenciação do Id, de outro não há como recusar a presença do Id como elemento presente, de forma constante, no Eu. Ou seja, a origem do Eu (tanto em sua constituição quanto em sua presença como instância já constituída no aparelho psíquico) revela sua dupla face, abertura por meio da percepção externa ao mundo, aos outros e, ao mesmo tempo, imbricação no Id, o nosso caldeirão de pulsões. As três forças que exigem trabalho do Eu (Id, Super Eu e mundo externo) são assim explicitadas por Freud.

Para o atual tema, interessa ver como elas comparecem em uma leitura do campo analítico que procure levar em conta intersubjetividade e corporeidade. Com o que já foi exposto, pode-se talvez afirmar que não se consegue mais opor as dimensões ditas “intrapsíquicas” (aparelho psíquico, objetos internos, pulsões – o Id como caldeirão –, instâncias psíquicas) às ditas “intersubjetivas” (relação com o outro, o ambiente, o objeto externo, etc.). Há simultaneidade dessas dimensões no âmbito da corporeidade. A corporeidade é interna e externa, ao mesmo tempo. É a presença irrecusável das pulsões e abertura permanente para o mundo, para os outros.

O que para o presente autor é a *corporeidade* ganhou o nome de “corpo-sujeito” para Liana Melo Bastos (2006). Formado a partir da relação inicial entre corpo e Eu, o corpo-sujeito é uma “unidade plural, conflitiva, sempre ameaçada” (BASTOS, 2006, p. 185). Segundo ela, “o corpo

e o psiquismo, o fora e o dentro, o individual e o social, a natureza e a cultura deixam de serem oposições. Elas se inter-relacionam no engendramento da complexidade humana. Somos um corpo-sujeito". (BASTOS, 2006, p. 187). Como veremos, na clínica, essa unidade plural ganha maior complexidade, gerando o que passo a chamar de co-corporeidade.

Ogden e Roussillon

Enfatiza-se que, por tudo isso já exposto, tende-se a concordar com Thomas Ogden (1982) quando ele afirma que

[...] a teoria psicanalítica sofre em função da pobreza de linguagem e de conceitos que possam descrever o interjogo entre o fenômeno na esfera intrapsíquica e o fenômeno nas esferas da realidade exterior e das relações interpessoais (OGDEN, 1982, p. 11).

Ogden, como se sabe, propôs algumas novas noções, entre elas a de *terceiro analítico* e a de uma *posição autista-contígua*, ambas de certa forma relacionadas com a temática que se procura desenvolver aqui. A posição autista-contígua está associada a um modo específico de se atribuir sentido à experiência, na qual dados sensoriais predominam na formação de conexões pré-simbólicas entre diferentes impressões sensoriais, gerando superfícies com fronteiras e delimitações. É nessas superfícies que a experiência do *Self* tem origem. Ogden lembra a passagem clássica em que Freud afirma que o Eu é primeiro um Eu corporal, para insistir na ideia de que o Eu é derivado de sensações corporais, ou seja, aquelas que emanam da superfície do corpo. Ogden sugere que, na posição autista-contígua, é a experiência da sensação, da sensorialidade, em particular da superfície da pele, que é o principal meio para

a criação de sentido psíquico e para os rudimentos iniciais da experiência de um *Self*. A contiguidade sensorial da superfície das peles, ao lado do elemento da ritmidade, são bases fundamentais para o estabelecimento daquilo que podemos chamar de relações objetais infantis. É pelo toque, pela sensorialidade da pele, em relações de contiguidade sensória (o rosto do bebê no seio da mãe), que a organização de um rudimentar sentido de “eu-dade”, de “si-mesmi-dade” pode se estabelecer gerando, paulatinamente, o sentido de uma superfície sensória de fronteira, que permitirá ao sujeito uma experiência de si, aquilo que Winnicott denomina de “o lugar em que se vive”. Trata-se de um lugar em que o bebê sente, pensa e vive, em contiguidade com a presença viva da mãe; um lugar que tem forma, dureza, frieza, calor e textura, que são o início das qualidades que fazem com que alguém seja. Entende-se, com Ogden, que esse nível de experiência, embora constitutivo, não deixa de estar presente em formas mais elaboradas e diferenciadas de relação, cronologicamente posteriores. Já a noção de terceiro analítico se refere a um modo particular de conceber a relação das dimensões intersubjetivas e interpsíquicas na situação analítica, conceito que já se teve a oportunidade de discutir em outro texto (COELHO JUNIOR, 2008), ao qual se remete o leitor interessado. Acrescenta-se, apenas que, se pensarmos como Ogden, a partir das funções do terceiro analítico, tem-se a *corporeidade do setting* (como é sugerido que se nomeie esse recorte da situação analítica) como possibilidade simultânea de percepções internas e externas de cada uma das corporeidades da situação analítica e também da própria situação composta pelas duas corporeidades, a co-corporeidade.

René Roussillon, em seu mais recente livro, *Le Jeu et l'Entre-Je(n)*, em um artigo que tem por título *A Pulsão e a Intersubjetividade*, afirma:

Acho pessoalmente muito lamentável que o conceito de intersubjetividade esteja ameaçado de ser confiscado por certas correntes de pensamento que fazem de sua utilização seu emblema e que, ao subscrever definições restritivas do termo, freiam a exploração metapsicológica e psicanalítica (ROUSSILLON, 2008, p. 1).

Insiste, a seguir, que o conceito de intersubjetividade só deveria ser utilizado em psicanálise se ele estivesse se referindo a uma concepção psicanalítica da subjetividade, ou seja, uma concepção que integre a existência de uma dimensão inconsciente, atravessada pelas questões da pulsão e do sexual. É exatamente essa a posição do presente autor, agora revista, em relação à noção de intercorporeidade, que prefere atualmente denominar co-corporeidade.

Reconhece-se que a noção de intercorporeidade possui grande valor em nosso contínuo trabalho de enfrentar a série de impasses determinados pelos excessos da noção de representação no campo da psicanálise e os riscos de um mundo intrapsíquico que pudesse resvalar para o solipsismo. Mas, ao mesmo tempo, também se reconhece que é preciso que suas “virtudes” venham acompanhadas de uma definição de corporeidade que reconheça as marcas das pulsões, do inconsciente e da sexualidade.

Como se sabe, Ogden e Roussillon são, cada um a sua maneira, dois dos representantes atuais mais destacados de uma mudança de ênfase na psicanálise que se iniciou, segundo André Green (1995), com o texto de Winnicott sobre a regressão, publicado em 1954. Ela já poderia ser reconhecida, entretanto, em Ferenczi e, seguramente, nos textos de Balint desde a década de 40. A mudança de ênfase seria caracterizada, de um lado, por transformações na técnica clássica (ganha relevância a alteridade do analista como objeto, há a inclusão da dimensão contratransferencial, ocorrem transformações no trabalho

interpretativo, etc.); e, de outro, por novas formulações teóricas que passaram a incluir conceitos indicadores, dentre outras coisas, da necessária inclusão do objeto (externo) como elemento constitutivo do psiquismo, das formas de comunicação não verbal em análise, das angústias e limites de pacientes *borderline* e da atenção aos períodos pré-verbais da infância.

Essa mudança de ênfase, todavia, não incluiu, necessariamente, a tematização da corporeidade na psicanálise tal como se acaba de propor. Embora alguns dos autores que passaram a trabalhar com essas novas ênfases tenham dado especial atenção aos processos perceptivos, às sensações, às formas de comunicação pré e não-verbais, em poucos deles aparece, explicitamente, uma referência ao lugar da corporeidade na situação analítica. Ou seja, mesmo nos autores que mais diretamente tomaram como foco de seu trabalho o que podemos chamar de relações intersubjetivas, a tematização quanto ao papel da corporeidade, na análise, não está garantida.

Entre os autores precursores dessa mudança de ênfase à qual Green se referiu, destaca-se Michael Balint (1985) que, a partir de uma ideia do psicanalista John Rickman, sugere que o que se passa em uma situação analítica é, basicamente, uma *Situação de Dois Corpos*. Trata-se da recusa do que foi chamado de “psicologia de um só corpo” (a dimensão solipsista, intrapsíquica). Willy Baranger (1994), comentando essa passagem do texto de Balint, escreve:

Uma psicologia “de dois corpos”, dizia Balint e com isso, procurava evitar várias dificuldades ao manter-se no nível mais evidente (duas pessoas em uma sala de consultório), “bipessoal” – para designar o campo –, mas não evita dificuldade alguma, já que o mais imediato e fundamental que se desdobra neste campo é uma situação de *três*, ou triangular. [...] Não se trata nem de dois corpos nem de duas pessoas, mas sim de sujeitos

divididos, cuja divisão é resultado de uma triangulação inicial (BARANGER, 1994, p. 369).

Nesse trecho de Baranger se reconhece não só uma crítica ao movimento do qual Balint é um dos pioneiros e que tem seu caminho retraçado ao pioneirismo de Ferenczi, mas uma crítica aos próprios limites de sua noção de *campo analítico*.

Como se sabe, em um artigo originalmente publicado em 1961, o casal de analistas franceses Willy e Madeleine Baranger (1993), radicado na Argentina e depois no Uruguai, afirmaram o seu incômodo com a unilateralidade daquilo que chamaram de “as primitivas descrições da situação analítica como uma situação de observação objetiva” (BARANGER, 1961, p. 129) por parte do analista. Defenderam que a situação analítica é mais bem descrita como uma “situação de duas pessoas extremamente ligadas e complementares e envolvidas no mesmo processo dinâmico” (Idem, 1993, p. 129).

Propôs, então, o conceito de campo dinâmico, tal qual utilizado na psicologia da *Gestalt* e na obra de Merleau-Ponty, como adequado a ser “aplicado à situação criada por analisando e analista – ao menos no plano descritivo – sem que isso implique a intenção de traduzir a terminologia analítica em outra” (BARANGER, 1961, p. 129). Para eles, a situação analítica pode ser descrita como tendo uma estrutura espacial e temporal, estando orientada por linhas de força e dinâmicas determinadas, tendo suas leis e finalidades próprias. “Este campo é nosso objeto imediato e específico de observação. A observação do analista sendo simultaneamente observação do analisando e auto-observação correlata, só pode ser definida como observação desse campo” (BARANGER, 1961, p. 130).

Embora, já nesse texto, os autores procurassem ir além da definição da situação analítica como uma estruturação terapêutica bi-pessoal, restava o problema de

como fazer conviver em um mesmo plano teórico uma noção como a de campo dinâmico e as singularidades dos mundos intrapsíquicos de analisando e analista.

São esses impasses, acima de tudo, que fazem hoje se preferir a noção de co-corporeidade às de campo analítico, intersubjetividade e mesmo intercorporeidade. A necessidade de reconhecer, simultaneamente, as dimensões intrapsíquicas e intersubjetivas impõe a opção por noções que contemplem essa simultaneidade.

Considera-se que o difícil abandono desse dualismo, assim como a dificuldade em abandonar os impasses que envolvem a oposição clássica entre corpo e psiquismo, é o que ainda impede que a psicanálise possa encontrar um lugar definitivo para a experiência e o conceito de *corporeidade* (tal como aqui proposto), tanto em termos metapsicológicos como em termos clínicos.

Sugere-se, portanto, que se passe a pensar o fundamento do campo analítico como uma co-corporeidade, um tecido material e energético, móvel e instável, movido por forças pulsionais mensageiras e marcado por interferências de intensidades internas e externas, constituindo um campo de forças e protosentidos. Não há como expulsar a dimensão pulsional da corporeidade, tampouco o Eu e o inconsciente. Mas também não há como negar a dimensão relacional. Prefere-se aqui co-corporeidade à inter-corporeidade porque se entende que a ênfase não deve se situar no "entre" corporeidades, mas sim na ideia da co-presença de duas corporeidades, que já trazem em si o Eu e o outro. Co-corporeidade que não é uma unidade indiferenciada, mas a presença de duas corporeidades em que cada uma é mais do que uma unidade fechada em si e é sempre a simultaneidade do dois e do um, de um certo nível de diferenciação e de indiferenciação.

Referências

- AULAGNIER, P. **La violence de l'interprétation**. Paris: PUF, 1975.
- BALINT, M. **Primary love and psycho-analytic technique**. London: Karnac, 1985.
- BARANGER, W. y BARANGER, M. **Problemas del campo psicoanalítico**. Buenos Aires: Kargieman, 1993.
- BARANGER, W. "Processo en espiral y campo dinâmico". In: BARANGER, W.; BARANGER, R.; GOLDSTEIN, Z. y GOLDSTEIN, N. **Artesanias psicoanalíticas**. Buenos Aires: Kargieman, 1994.
- BASTOS, L. A. M. **Corpo e subjetividade na medicina**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- BERNARD, M. "La corporéité fictionnaire". In: **Revue Internationale de Philosophie**, 56, (4), 2002, p. 523-534.
- COELHO JUNIOR, N. "Psicanálise, corpo e setting". In: FIGUEIREDO, L. C. e COELHO JUNIOR, N. **Ética e técnica em psicanálise**. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2008, p. 97-106.
- COELHO JUNIOR, N. "Formas de comunicação e intersubjetividade em psicanálise". In: FIGUEIREDO, L. C.; COELHO JUNIOR, N. **Ética e técnica em psicanálise**. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2008, p. 123-141.
- DISPAUX, M.-F. "Aux sources de l'interpretation". In: **Revue Française de Psychanalyse**, t. LXVI, 2002, p. 1461-1496.

FIGUEIREDO, L. C. “O silêncio e a fala do corpo”. In: JUNQUEIRA FILHO, L. C. O. (Org.) **Corpo e mente: uma fronteira móvel**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995, p. 127-164.

FREUD, S. “Das Ich und das Es”. In: **Studienausgabe** (vol. 3). Frankfurt: S. Fischer Verlag, 1970.

_____. “O eu o id”. In: **Obras psicológicas** (vol. 3). Rio de Janeiro: Imago, 2007.

GREEN, A. **Propédeutique: la métapsychologie revisitée**. Paris: Champ Villon, 1995.

_____. **La pensée clinique**. Paris: Odile Jacob, 2002.

HUSSERL, E. **Méditations cartésiennes**. Paris: Vrin, 1969.

MERLEAU-PONTY, M. **Signes**. Paris: Gallimard, 1960.

MILLER, P. “Métabolisations psychiques du corps dans la théorie de Piera Aulagnier”. In: **Topique**, 74, 2001, p. 29-42.

OGDEN, T. **Projective identification and psychotherapeutic technique**. Northvale: Aronson, 1982.

ROUSSULLON, R. “La pulsion et l'intersubjectivité: vers l'entre-je(u)”. In: **Le jeu et l'entre-je(u)**. Paris: PUF, 2008.